

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005745-07.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Erro Médico**
 Requerente: **MARIA DE FÁTIMA FEITOSA MORATO**
 Requerido: **ALESSANDRO H. BRUNETTI**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

MARIA DE FÁTIMA FEITOSA MORATO ajuizou **Ação de INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS E RETENÇÃO DE DOCUMENTO** em face de **ALESSANDRO H. BRUNETTI** todos devidamente qualificados.

Aduz a autora, em síntese, que em 12/07/2013 se submeteu a uma cirurgia para retirada de pedras na vesícula, contratando para tanto o requerido. Ocorre que, após a cirurgia começou a se sentir mal e precisou retornar à Santa Casa. Lá, após realizar alguns exames, o requerido a informou que possivelmente o problema era “uma pedra que saiu pelo canal ou a hepatite que pegou durante a cirurgia” (textual); foi, então, encaminhada por ele a um médico na cidade de Ribeirão Preto, no dia 04/09/2013 (Dr. Gaspar) e submetida a novo procedimento cirúrgico; foi informada pelo Dr. Gaspar que o problema havia acontecido porque o réu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

“acabou por cortar ela erroneamente então foi necessário nova cirurgia para fazer uma ponte onde ocorreu o corte” (textual fls. 05). Pediu a condenação do requerido a pagar por danos morais no importe de 100 salários mínimos e a devolução dos documentos e exames que estão em seu poder.

A inicial veio instruída com documentos.

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação às fls. 32 e ss alegando que a autora passou por um procedimento cirúrgico chamado colecistectomia laparoscópica aberta e que necessitava de 10 a 15 dias de repouso após a intervenção; as complicações descritas a fls. 34 são inerentes a qualquer cirurgia; assim que recebeu a notícia de que a autora estava com a urina escura e com a pele amarelada a encaminhou para Ribeirão Preto, onde foi ela submetida a “cirurgia reparadora da complicação ocorrida” (textual). No mais, alegou não ter ocorrido erro médico, mas sim complicação pós-cirúrgica e que não há que se falar dano moral, que não foi provado. Impugnando o valor cobrado a título de indenização e salientando que não está na posse dos documentos da autora, pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 56/61.

As partes foram instadas a produzir provas. O requerido pleiteou a juntada de documentos e a oitiva de testemunhas; a autora, prova oral e pericial.

A fls. 74/75 foi determinada a realização de perícia médica.

O laudo foi encartado a fls. 288 e ss e as partes se manifestaram às fls. 301/303 e 304/307.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Declarada encerrada a instrução, foram apresentados memoriais às fls. 312/317 pelo requerido e 318 pela autora, que insistiu na produção de prova testemunhal.

Eis o relatório, no essencial.

DECIDO no estado em que se estabilizou a controvérsia por entender completa a cognição.

Primeiramente cabe deixar consignado que a prova testemunhal pedida pela autora é desnecessária e até impertinente na medida em que a **matéria controvertida, colocada à apreciação do Juízo, é técnica** e como tal já foi equacionada no laudo Oficial.

Cabe ainda destacar que a autora teve condições de indicar assistente técnico e não o fez.

Passo, então, ao julgamento.

No tocante ao pleito dito “principal”.

Objeto desse litígio, como bem destacou o louvado oficial, é o primeiro procedimento cirúrgico (colecistectomia laparoscópica aberta, ou ainda uma retirada da vesícula) a que a autora se submeteu no dia 12/07/2013 às 7h00, nas dependências da Santa Casa de Misericórdia a cargo do doutor Alessandro H. Brunetti.

O ato operatório transcorreu sem intercorrências.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Após um pós-operatório imediato também sem intercorrências (o que infirma o sustentado na portal), com alta no segundo dia, somente no sexto dia é que tiveram início os sinais e sintomas de complicações com icterícia, vômitos e hipertensão (v. fls. 292, parágrafo 3º).

Novo atendimento foi proposto mediante internação, ocasião em que os exames evidenciaram um processo obstrutivo das vias biliares, que justificou a transferência da autora ao HC de Ribeirão Preto, onde nova cirurgia “de diminuição bilio digestiva” ocorreu (agora em 12/07/2013 aos cuidados do Dr. Alessandro Brunetti).

No contexto dos fatos o **louvado oficial descartou totalmente qualquer falha no agir do postulado excluindo da linha de desdobramento causal o ato por ele praticado, atribuindo o resultado decorrente de uma imprevisível complicação de vias biliares**, perigo inerente ao procedimento.

Bem por isso concluiu “que não foram caracterizadas inobservâncias técnicas pelo requerido” (v. fls. 294, item IV).

Ou seja, a inabilidade técnica levantada pela autora tanto na cirurgia como na condução do caso acabaram refutadas tecnicamente.

Como se sabe, a responsabilidade civil dos médicos é subjetiva e a dos estabelecimentos médico-hospitalares decorre de culpa na conduta de seus prepostos. Além disso, a obrigação do médico, como regra, é obrigação de meio, incumbindo-lhe tratar adequadamente o paciente, valendo-se dos conhecimentos técnicos e da estrutura física (equipamentos e instalações) disponível para o tratamento.

Em outras palavras, somente com a efetiva comprovação de culpa, consistente na adoção de normas de procedimentos diversas daquelas esperadas na atuação – prudente e diligente – do profissional, é que poderá o médico e, em consequência, o estabelecimento hospitalar onde este presta seus serviços,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

serem responsabilizados.

Não há como desconsiderar as limitações humanas frente às imprevisíveis complicações de determinadas doenças que afetam o corpo humano, nem mesmo a falibilidade inerente a qualquer profissional, mormente no campo da ciência médica, sabidamente não exata (Trecho do Acórdão da Apelação 0006035-21.2002 do TJSP).

A lesão, a obstrução, do trato biliar da autora ocorreu em razão do ato cirúrgico realizado pelo postulado.

Ocorre que tal lesão deve ser considerada uma **iatrogenia**, um perigo inerente ao próprio procedimento, sem qualquer vestígio de falha técnica do demandado.

A arte da medicina apresenta incertezas e em razão delas a lei exige a presença de culpa ou dolo do médico para fins de responsabilização pelos danos causados ao paciente.

E no caso, a prova indica terem sido prestados adequadamente os serviços médicos, com o emprego de técnicas médicas reconhecidas, não destoando o resultado do esperado.

Nessa linha de pensamento, não há como deferir os pedidos de danos materiais e morais, que dependeriam da prova da culpa do postulado, o que não foi demonstrado, como já dito.

Por fim, os documentos solicitados pela autora a fls. 08, 2º parágrafo, foram encartados aos autos a fls. 214/246 e 252/283.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** os pleitos de dano moral e dano material e **PROCEDENTE** aquele exhibitório que já se encontra atendido.

Ante a sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas na proporção de 50%; a autora fica condenada ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono do requerido, que fixo em 10% sobre o valor dado à causa e na mesma proporção, o requerido fica condenado ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono da autor, no percentual de 10% sobre o valor dado à causa.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 23 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**